



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

EDUCAÇÃO COMO PREVENÇÃO A CRIMINALIDADE

ORIENTANDO (A) – BRENDA SARIEL SANTOS MOURA

ORIENTADOR (A) - PROF. (A) MA. NEIRE DIVINA MENDONCA

GOIÂNIA-GO
2023

BRENDA SARIEL SANTOS MOURA

EDUCAÇÃO COMO PREVENÇÃO A CRIMINALIDADE

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOIÁS).
Profa Orientadora Ma. Neire Divina Mendonça

GOIÂNIA-GO
2023

BRENDA SARIEL SANTOS MOURA

EDUCAÇÃO COMO PREVENÇÃO A CRIMINALIDADE

Data da defesa: 30 de novembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Profa. Ma Neire Divina Mendonça	Nota
Examinadora: Profa Dra Cláudia Luiz Lourenço	Nota

Dedico esse trabalho a minha mãe e a todos os professores que me acompanharam na minha trajetória acadêmica. Agradeço a grande importância dessas pessoas e o auxílio que tive durante esses 5 anos. Agradeço em especial minha mestre orientadora Neire Divina Mendonça, que conseguiu me ajudar a desenvolver esse trabalho e teve muita paciência e carinho, e é por professores como ela que me inspirei a falar sobre a importância da educação.

SUMÁRIO

RESUMO	6
INTRODUÇÃO	7
1.VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NO BRASIL	8
1.1 CONCEITO DE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE	10
1.2 ÍNDICES DE CRIMINALIDADE NO BRASIL	11
1.3 CORRELAÇÃO DA CRIMINALIDADE COM O NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	12
2. O PAPEL DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA	13
2.1 EDUCAÇÃO COMO FUNDAMENTO SOCIAL E DIREITO À TODOS	15
2.2 EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL.....	19
3. PREVENÇÃO: REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE	21
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS A PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE.....	24
CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	26

EDUCAÇÃO COMO PREVENÇÃO A CRIMINALIDADE

Brenda Sariel Santos Moura

RESUMO

Na história brasileira se vê vários momentos em que a grande desigualdade social acarreta um prejuízo para parte da sociedade. Tendo em vista esse aspecto histórico é importante destacar como parte da sociedade foi prejudicada na educação por não ter acesso. A desigualdade social tem uma relação complexa e multifacetada com a criminalidade. Pessoas em comunidades desfavorecidas muitas vezes têm acesso limitado à educação de qualidade. A falta de educação pode levar à falta de oportunidades, empurrando algumas pessoas para atividades criminosas por necessidade econômica. A redução da desigualdade social pode ajudar a abordar esses problemas, proporcionando melhores oportunidades educacionais, acesso igualitário a empregos dignos, reformas no sistema de justiça criminal e melhor acesso a serviços de saúde mental e abuso de substâncias. Uma sociedade mais equitativa é fundamental para reduzir as disparidades na criminalidade e promover a segurança e o bem-estar para todos.

Palavras-chave: educação; prevenção; criminalidade

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é abordar a educação como umas das principais formas de prevenção a criminalidade utilizando de vários aspectos históricos, culturais, sociais e antropológicos. A educação desempenha um papel fundamental na vida do ser humano, pois é um processo contínuo de aprendizado e desenvolvimento que começa desde os primeiros anos de vida e continua ao longo de toda a jornada. Ela vai muito além das salas de aula e dos livros, sendo um processo que molda o caráter, os valores, as habilidades e o conhecimento de uma pessoa. A criminalidade da na sociedade brasileira está em umas crescente e observando os aspectos antropológicos a repressão não é umas das formas mais eficazes de combate a criminalidade.

A pesquisa irá utilizar de métodos científicos para melhor compreensão do tema. Sempre nos limites dos objetivos propostos, a pesquisa se desenvolverá da seguinte forma: tendo em vista o tema a ser tratado será utilizada a pesquisa bibliográfica. Este tipo de pesquisa, segundo Fonseca (2002), é realizada a partir do levantamento de

referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites.

Tendo em consideração esses pontos, trabalharemos aspectos de prevenção a criminalidade, tendo como foco principal a educação. A relação entre educação e criminalidade é complexa e multifacetada. Estudos e observações indicam que uma educação de qualidade desempenha um papel crucial na prevenção da criminalidade. Uma sociedade bem-educada não apenas produz indivíduos capazes e confiantes, mas também reduz significativamente as taxas de delinquência e violência. Este artigo explora o impacto da educação como uma ferramenta eficaz na prevenção da criminalidade, analisando como o acesso a uma educação adequada pode moldar atitudes, comportamentos e oportunidades, ajudando a construir comunidades mais seguras e resilientes.

A criminalidade representa um desafio persistente em muitas sociedades, impactando não apenas as vítimas diretas, mas também comunidades inteiras. Enquanto medidas punitivas têm sido tradicionalmente empregadas para lidar com a criminalidade, a abordagem preventiva, especialmente por meio da educação, tem ganhado destaque. O acesso equitativo à educação não apenas capacita os indivíduos com habilidades cognitivas e técnicas, mas também desempenha um papel vital na promoção de valores, ética e responsabilidade social.

Este artigo explora em detalhes como a educação pode servir como uma ferramenta poderosa na prevenção da criminalidade. Analisando esses aspectos, podemos entender melhor como investir em educação não é apenas um investimento em indivíduos, mas também uma estratégia integral para construir sociedades mais seguras e justas para todos os seus membros.

1. VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NO BRASIL

Antes de começarmos a falar sobre a criminalidade na atualidade do Brasil, devemos tratar primeiramente da contextualização histórica, que podemos chamar de causa, dos grandes índices de criminalidade que os brasileiros enfrentam hoje. A violência é um fenômeno histórico no Brasil, para contextualizarmos devemos iniciar nossa análise no período colonial.

Tendo por base o período colonial, devemos ressaltar a prática da escravidão. Em primeira análise observa-se a grande violência usada contra mulheres e homens africanos e depois a forma como essas pessoas foram jogadas na sociedade.

De acordo com Maria Clara Cavalcanti (2022), O tráfico atlântico foi responsável pela retirada de quase 13 milhões de pessoas do continente africano. Dessas, mais de 5 milhões vieram para o Brasil. O porto do Rio de Janeiro foi o porto que mais recebeu africanos escravizados no mundo. O comércio era também feito frequentemente pelos anúncios de jornais e os homens adultos eram os cativos mais caros.

A escravidão foi um processo imensamente violento. A mão-de-obra negra africana era submetida a longas jornadas de trabalho, sem alimentação e condições de vida adequadas. Tudo o que produziam era tomado pelos senhores e não eram remunerados por seu trabalho.

Além disso, eram aplicadas várias formas de castigo físico como punição ao mau-comportamento ou à baixa produtividade, como os chibatadas no tronco, os açoites, o uso de correntes e de muitos outros atos que visavam humilhar e violentar essa população. As mulheres negras escravizadas foram vítimas de inúmeros atos de violência sexual.

Nosso país foi construído com violência e morte. Houve muita resistência da população negra africana em várias tentativas de resistência e fuga. A partir da metade do século XIX, a escravidão passou a ser contestada pela Inglaterra. Isso porque, estava interessada na expansão de seu mercado consumidor no Brasil e, em meio a sua ação imperialista na África, não via vantagens no tráfico atlântico brasileiro.

A pressão para a abolição também foi interna. Os movimentos abolicionistas se intensificaram neste momento a partir da ação de negros libertos e da classe média branca do país. Nesse momento surgiram discursos abolicionistas e republicanos favoráveis a uma economia mais dinâmica a partir da mão-de-obra livre e de um sistema político mais moderno.

Florestan Fernandes (1965) escreveu sobre como chegou ao fim em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea. A lei, entretanto, não significou a inserção efetiva dessa população na sociedade que continuou a sofrer com as péssimas

condições de vida e com o preconceito racial, mesmo após a suposta “libertação”. A partir desse ponto iremos trabalhar o próximo ponto de violência generalizada do país.

Os escravos foram “jogados” na sociedade, sem renda, sem estudos e sem moradia. Com isso, surgiu uma nova onda de violência e criminalidade no Brasil. Sem renda, os ex-escravos foram forçados a criminalidade para conseguirem sobreviver no mundo capitalista. Com isso, tivemos uma grande crescente nos números de furtos, roubos e outros crimes. Surgiram as favelas e toda a criminalidade.

Falando desse momento histórico é importante ressaltar alguns autores que fizeram suas análises e contribuições desse novo momento. A priori, citamos o livro de Silva Lara, *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*, A autora imerge na vida cotidiana do período, com foco nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, e analisa a complexidade das relações existentes especialmente entre a elite e os africanos libertos, que por muitas vezes eram vistos como “ameaças” principalmente pelas autoridades coloniais.

Com essa análise histórica, podemos concluir que o Brasil vive com a violência desde muitos séculos. Podemos associar o aumento da criminalidade com a escravidão e com a abolição sem muito preparo para receber as pessoas livres em uma sociedade que iria as acolher.

Outro autor que podemos citar é o Eliseu Silva (2019, 216p) procurou analisar as complexas dinâmicas sociais em torno dos furtos e dos roubos em um recorte espacial e temporal delimitado. A pesquisa está concentrada no termo de Cachoeira, no Recôncavo baiano, na década de 1880. O historiador cruzou uma diversidade de fontes como jornais, processos criminais, correspondências policiais, relatórios dos presidentes de província e atas do legislativo. Ao analisar esse variado conjunto documental, apresenta-se ao leitor ações e vínculos estabelecidos por gente considerada criminosa nos influxos do processo de dominação e desmonte das relações escravistas.

1.1. CONCEITO DE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

Antes de começarmos a falar sobre como a educação é uma política pública mais que necessária para a prevenção da criminalidade, é importante deixarmos estipulados e esclarecidos os conceitos de violência e criminalidade.

A violência é a qualidade daquilo ou daquele que é violento ou a ação e efeito de violentar outrem ou violentar-se. O violento, por sua vez, é aquele que está fora do seu natural estado, situação ou modo; executado com força, ímpeto ou brutalidade; ou que o faz contra o gosto ou a sua própria vontade.

A violência é, portanto, um comportamento deliberado que pode causar danos físicos ou psíquicos ao próximo. É importante ter em conta que, para além da agressão física, a violência pode ser emocional através de ofensas ou ameaças. Como tal, a violência pode causar tanto sequelas físicas como psicológicas.

A violência invade todos os espaços; torna-se espetáculo. E, à medida que o faz, transforma-se numa forma de ser e também numa forma de domínio; “se não é possível combatê-la, eu a assimilo, transformo-me nela”. Mata-se ou maltrata-se quem estiver à frente. Por impulsividade, por intolerância, por amor – o eu fica à mercê do objeto amado e pode em função do desaparecimento da instância crítica, chegar à realidade do crime sem remorso – ou por ódio. Tanto os mais próximos quanto os mais distante. Violência – Maria Laurinda Ribeiro de Souza – São Paulo: Casa do Psicólogo.

Já a criminalidade pode ser conceituada como sendo o conjunto de crimes cometidos em um determinado espaço. Para a sociologia e para a teoria da reação social, o delinquente é fruto de uma construção social, e a causa dos delitos é a própria lei; segundo essa teoria, o próprio sistema e sua reação às condutas desviantes, por meio do exercício de controle social, definem o que se entende por criminalidade.

1.2. ÍNDICES DE CRIMINALIDADE NO BRASIL

A maior parte da população brasileira clama por mais rigor na legislação penal, como se apenas o ordenamento jurídico fosse suficiente para trazer uma maior tranquilidade frente ao crescimento desenfreado da criminalidade no país. Entre 1940 a 2015, houve no Brasil mais de 150 reformas penais, muitas delas tornando as leis mais duras, porém, os índices de criminalidade e violência ainda continuam elevados. Diante deste cenário, dentre 185 países, o Brasil figurou como o 12º país mais violento do planeta, segundo levantamento do Instituto Avante Brasil divulgado em 2015.

De acordo com Abramovay (2015), em 2014, dos países do mundo sem guerra declarada, o Brasil foi onde mais se matou: quase 60 mil pessoas foram assassinadas. Naquele ano, o país perdeu o mesmo contingente de pessoas que os EUA perderam em toda a Guerra do Vietnã. Porém, os mortos brasileiros são sempre invisíveis perante a sociedade: quase todos são pobres, jovens, negros e se concentram em zonas de exclusão social. Infelizmente, existe também uma cultura na sociedade brasileira de que vidas são descartáveis, e isso inclui a vida de policiais mortos, jovens assassinados e bandidos executados.

Essa “consciência” brasileira generalizada, inspirada pelo ato de matar, torna o Brasil o campeão mundial de homicídios no mundo inteiro.

Segundo o Mapa da Violência 2013, entre 1980 e 2011 os homicídios de jovens aumentaram 326,1%. Este aumento de violência entre a juventude demonstra a omissão da sociedade e do Poder Público, principalmente, aos moradores dos chamados locais de concentração de mortes, no interior de estados mais desenvolvidos e nas periferias, ou seja, nas áreas dominadas por quadrilhas, milícias ou de tráfico de drogas. (AGÊNCIA BRASIL, 2013).

Também é notória a falência do controle social informal no Brasil, representado, sobretudo, pelo papel da família, da escola, das igrejas, do trabalho, dos meios de comunicação em massa, da vizinhança, entre outros.

É fato que o controle social informal contribui para que os indivíduos absorvam os valores e normas de um país, sendo muito mais importante e eficiente na prevenção da criminalidade e violência do que a ameaça do controle formal do Estado, representado pela Polícia e pelo Judiciário. Porém, o controle informal tem perdido força no Brasil. Exemplo disso é o péssimo tratamento dado às escolas públicas e a qualidade do ensino ofertada pelo governo brasileiro, bem como a desvalorização salarial e profissional dos professores. A família, célula nuclear de uma sociedade e que tem importante papel na moldura do caráter e comportamento de seus membros, também tem perdido espaço e relevância no país, dando lugar, muitas vezes a famílias totalmente desestruturadas em vários sentidos.

Os meios de comunicação em massa, como controle social informal, padronizam comportamentos nos indivíduos de uma sociedade. Mas no Brasil, é perceptível que a maioria das mídias brasileiras geralmente induz a população a comportamentos questionáveis, como excessivo materialismo, exposição do corpo,

estimulação precoce da sexualidade e banalização da violência. Lamentavelmente, evidencia-se atualmente o enfraquecimento do controle social informal que está se tornando até mesmo inoperante no Brasil, deixando de trazer a sua importante contribuição na prevenção da criminalidade e da violência.

1.3 CORRELAÇÃO DA CRIMINALIDADE COM O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A educação passa a ser uma condição à medida em que permite o acesso das pessoas a uma melhor qualificação profissional e, conseqüentemente, a uma renda melhor. Baixo nível educacional, portanto, significa dificuldade de acesso à renda, ocasionada por um mercado de trabalho que exige qualificação. A realidade caracterizada pela baixa formação educacional pode ser dividida em duas categorias; aquela onde os indivíduos que não possuem nenhuma qualificação, formada pelos analfabetos, e aquela em que a formação educacional não ultrapassou o nível primário.

Da mesma forma em que a falta de educação condena o indivíduo à condição de excluído ou quase excluído, a boa formação permite um acesso melhor ao mercado de trabalho mais qualificado e, conseqüentemente, a uma renda maior, permitindo a formação de zonas urbanas dotadas de serviços e infra-estrutura.

É importante analisar de que forma cada uma destas classes estão correlacionadas com o crime contra a pessoa. Estudando vários pesquisadores e historiadores podemos ter como conclusão que as áreas de baixa renda têm maiores taxas de crime, o que pode estar relacionado à distribuição dos serviços de segurança.

A desigualdade pode ter efeito sobre o custo moral se debilitar os mecanismos informais de controle do comportamento dos indivíduos de baixa renda, como as regras de civilidade, moralidade e convivência social, normalmente proporcionadas pela família e pela escola. Fajnzylber e Araújo Jr. (2001).

2. O PAPEL DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA

A educação é a principal política da prevenção contra a criminalidade. É educando as pessoas que iremos conseguir uma igualdade social, e com essa igualdade os índices de criminalidade diminuem consideravelmente. A educação e a formação desempenham papéis fundamentais na redução da criminalidade e da violência em

uma sociedade.

A eliminação da violência, assim como o de vários outros problemas sociais, pode estar condicionado ao desenvolvimento da população mais vulnerável. Mas este desenvolvimento exige a participação consciente do povo e a educação se presta a este papel, na medida que prepara as pessoas para o autogoverno e as liberta da dependência passiva do Estado ou da caridade religiosa, assim como as liberta da do fatalismo da aceitação do status quo (Cf. BEISIEGEL, 2010, p.27).

De acordo com o dicionário Houassi a palavra educação vem do Latim *educatīo,ōnis* no sentido de 'ação de criar, de nutrir; cultura, cultivo' e tem como significado: aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano; pedagogia, didática, ensino; o conjunto desses métodos; pedagogia, instrução, ensino; conhecimento e desenvolvimento resultantes desse processo; preparo e desenvolvimento metódico de uma faculdade.

A educação é aprender e ter domínio do conhecimento. A educação inspira e transforma o indivíduo. Um dos principais sociólogos que falam sobre educação é Émile Durkheim (1858–1917) ele aprofundou na temática da Educação. No centro das transformações sociais da Europa, percebeu que os processos educacionais são fatos sociais que contribuem para o funcionamento da sociedade.

Educação é o instrumento transformador da sociedade, assumindo um papel de movimento contínuo de mudanças na estrutura e consentindo uma reflexão sobre si mesma e conseqüente tomada de decisões importantes a respeito do seu futuro. De acordo com o professor Wagner Rezende à “Educação adquire um caráter essencial, pois possibilita que os indivíduos participem deste projeto de mudança de uma nova sociedade. Precisamos democratizar o acesso em qualquer etapa da escolaridade”.

Existem vários estudiosos que falam da importância da educação para o desenvolvimento do indivíduo e como que a educação causa uma onda de desenvolvimento social, acarretando uma melhor sociedade e na diminuição da criminalidade. Como dizia Nelson Mandela: “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. A educação é fonte de sabedoria e de melhores condições para mudar a vida das pessoas e com isso, a educação transforma o mundo ao nosso redor através das pessoas. A educação move o futuro, é resultado de aprendizado e principalmente da prática. Com isso a educação é a base de

transformação, é capaz de tornar tudo diferente.

Educação e campanhas de conscientização podem informar as comunidades sobre os impactos do crime e da violência. Conhecendo as consequências, as comunidades podem trabalhar juntas para prevenir o crime e criar ambientes mais seguros.

Educação, um direito fundamental de todos, perpassa o desenvolvimento humano por meio do ensino e da aprendizagem, visando a desenvolver e a potencializar a capacidade intelectual do indivíduo. Constitui um processo único de aprendizagem associado às formações escolar, familiar e social.

São diversos pontos a serem apresentados no que tange a educação como forma de prevenir os problemas com a criminalidade, com três fases de prevenção. A primeira é direcionada a qualquer indivíduo, pois tendem a abordar temas que envolvem a educação e políticas públicas capazes de compreender os conflitos existentes e reprimir a reincidência. (MESQUITA NETO, 2004).

Segundo um estudo divulgado em 2017 pela Universidade de York, altos níveis de educação estão associados a uma saúde mental melhor. O motivo é que as pessoas que têm acesso à educação podem fazer mais escolhas. Logo, elas têm mais controle sobre suas vidas além de sentirem maior segurança.

2.1. EDUCAÇÃO COMO FUNDAMENTO SOCIAL E DIREITO À TODOS

A educação é amplamente considerada um fundamento social essencial em qualquer sociedade. Ela desempenha um papel fundamental em diversos aspectos que moldam o desenvolvimento e o progresso social. Aqui estão algumas razões pelas quais a educação é vista como um alicerce crucial para a sociedade:

O conhecimento proporciona igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, independentemente de sua origem social, econômica ou étnica. Ela serve como um meio para combater a discriminação e garantir que todas as crianças tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais.

O conhecimento linguístico é a mais sensível das competências socialmente diferenciadas e o sistema escolar, como toda instituição de ensino, contribui para reproduzir as diferenças sociais, garantindo a rentabilidade diferencial dos títulos escolares, em particular dos mais reconhecidos, como o certificado do baccalauréat ou o diploma de estudos superiores. (Pierre Bourdieu, 1996, A Economia das Trocas Linguísticas: O Que Falar Quer Dizer)

Além disso, é um motor fundamental para o crescimento econômico. Um sistema educacional forte fornece à força de trabalho as habilidades necessárias para se destacar em uma economia globalizada. Indivíduos educados são mais propensos a encontrar empregos estáveis e bem remunerados, o que, por sua vez, impulsiona o desenvolvimento econômico de uma nação.

A educação estimula a inovação ao cultivar mentes criativas e proporcionar um ambiente onde novas ideias e descobertas podem florescer. Países com sistemas educacionais sólidos frequentemente lideram em pesquisa, ciência e tecnologia.

Através da educação, as pessoas aprendem sobre seus direitos e responsabilidades como cidadãos. Uma população educada está mais bem informada e envolvida em questões sociais, políticas e comunitárias, promovendo uma cidadania ativa e uma sociedade mais participativa. "Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo." (Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, 1970)

O conhecimento é um poderoso instrumento na luta contra a pobreza. Ao oferecer educação de qualidade, especialmente para crianças de famílias de baixa renda, as sociedades podem romper o ciclo da pobreza, permitindo que as gerações futuras tenham melhores perspectivas de vida.

Desempenha um papel vital na preservação da cultura, tradições e valores de uma sociedade. Ela transmite conhecimentos históricos, artísticos e culturais de uma geração para outra, garantindo a continuidade das identidades culturais.

A educação é essencial para promover práticas de vida saudáveis. Indivíduos educados estão mais propensos a entender questões relacionadas à saúde, prevenção de doenças e cuidados adequados, resultando em comunidades mais saudáveis.

Em suma, é um pilar essencial para o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Investir em educação não apenas beneficia os indivíduos, mas também constrói bases sólidas para uma sociedade mais justa, igualitária e progressista. Ela desempenha um papel crucial no desenvolvimento social, econômico e cultural de uma nação. Aqui estão alguns pontos sobre como a educação é vista como um fundamento social:

A capacitação dos indivíduos, fornecendo-lhes conhecimento e habilidades necessárias para melhorar suas vidas. Ela abre portas para oportunidades de emprego, melhora a autoestima e promove a independência financeira. Uma educação de qualidade é essencial para reduzir disparidades sociais e econômicas. Ela oferece a todos, independentemente de sua origem social ou econômica, a chance de prosperar e contribuir para a sociedade.

A educação é um motor para a inovação. O Centro de Pesquisa e Inovação Educacional da OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) (2010), tem pesquisado que Países com sistemas educacionais sólidos tendem a ser mais inovadores, desenvolvendo novas tecnologias e soluções para desafios sociais e globais. Através da educação, as pessoas aprendem sobre seus direitos, deveres e responsabilidades como cidadãos. Um cidadão bem-educado é mais propenso a participar ativamente na sociedade, votar, entender questões políticas e contribuir para a construção de uma comunidade mais justa.

A força de trabalho educada é essencial para o desenvolvimento econômico. Indivíduos com educação adequada são mais produtivos e contribuem significativamente para o crescimento econômico de um país. Através da educação, as tradições culturais, históricas e artísticas são preservadas e transmitidas às gerações futuras. A valorização da diversidade cultural é frequentemente promovida através de sistemas educacionais inclusivos. "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo" (Nelson Mandela, 2003, Discurso).

A educação também desempenha um papel na promoção da saúde. Pessoas educadas tendem a ter um melhor entendimento sobre práticas de vida saudáveis, higiene e cuidados médicos, contribuindo para uma população mais saudável.

Em resumo, a educação é mais do que apenas aprender a ler e escrever; ela é um investimento fundamental no futuro de uma sociedade. Quando as pessoas são bem-educadas, toda a comunidade se beneficia, resultando em um ambiente mais equitativo, progressista e harmonioso para todos.

Existem várias leis e convenções internacionais que visam resguardar o direito à educação para todos. Uma das mais importantes é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. O Artigo 26 desta declaração afirma que "toda pessoa tem direito à educação", e que a

educação deve ser gratuita, pelo menos no que se refere ao ensino elementar e fundamental.

Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, outras leis e documentos internacionais incluem:

Convenção sobre os Direitos da Criança (1989): Este tratado das Nações Unidas estabelece o direito à educação no Artigo 28, afirmando que os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e visam garantir, em condições de igualdade, o acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU: O Objetivo 4 dos ODS visa "assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos". Este objetivo ressalta a importância da educação como um meio para alcançar outros objetivos de desenvolvimento sustentável.

É importante notar que, embora essas leis e tratados existam, a implementação efetiva do direito à educação para todos ainda é um desafio em muitas partes do mundo. O acesso à educação de qualidade continua sendo uma luta em algumas regiões devido a barreiras econômicas, culturais e sociais. Portanto, o trabalho contínuo é necessário para garantir que esses direitos sejam verdadeiramente realizados para todas as pessoas, independentemente de sua origem ou circunstâncias.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece as bases legais para a preservação e promoção da educação. Além disso, há várias leis e políticas educacionais que foram implementadas para garantir o acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos. Algumas das leis e políticas mais importantes incluem: A Constituição Federal no seu artigo 205 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Além disso, o artigo 206 estabelece princípios para a educação, incluindo a garantia de padrão de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/1996, nesta lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ela regula a educação escolar, desde o ensino infantil até o ensino superior. A LDBEN define os princípios, as práticas pedagógicas e as políticas educacionais adotadas no

Brasil.

Manuel Castells (2003, p. 78-79), fala sobre a importância dessa lei e cita a seguinte frase "O acesso à educação tornou-se o pivô do destino na sociedade em rede. A qualidade e a inclusão na educação decidem quem participa da rede e quem é excluído dela, e também influenciam o sucesso das redes individuais."

Além disso, há o Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país ao longo de um período determinado. O PNE atual foi instituído pela Lei nº 13.005/2014 e define metas para o período de 2014 a 2024.

Há também, diversas leis e políticas foram implementadas para promover a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, garantindo o acesso a uma educação de qualidade. Entre elas, destaca-se a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Estas são algumas das principais leis e políticas no Brasil que visam preservar e promover a educação para todos os cidadãos, independentemente de suas origens sociais, econômicas ou culturais.

2.2 EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

A educação pública no Brasil enfrenta desafios significativos, mas também tem alcançado avanços ao longo dos anos. Inicialmente é importante destacar os desafios que a educação pública enfrenta. Primeiramente é importante destacar a desigualdade na qualidade da educação é um problema sério. Escolas em áreas rurais e favelas urbanas muitas vezes têm infraestrutura inadequada, professores com baixa qualificação e falta de recursos didáticos.

Um ponto primordial é a falta de investimento adequado em educação pública é um desafio crítico. Alonso (2009) aborda a desigualdade como um dos fatores responsáveis pela saída de alunos dos bancos escolares desde o Ensino Fundamental. Muitas escolas não têm recursos para melhorar instalações, fornecer material didático adequado ou oferecer treinamento adequado para os professores. Em sequência, a evasão escolar, especialmente entre os adolescentes, continua a

ser um problema. Razões como pobreza, violência e falta de perspectivas futuras muitas vezes levam os alunos a abandonar a escola.

A evasão, que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no Ensino Médio, nos revela uma crise de legitimidade da escola que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem seus estudos (Krawczyk, 2009, p. 9).

Em seguida, outro ponto importante e a qualidade do ensino muitas vezes está diretamente ligada à qualidade dos professores. A falta de programas de formação contínua e a baixa remuneração podem afetar negativamente o desempenho dos professores.

Em contrapartida, há vários avanços e iniciativas governamentais, como os programas de inclusão, o Brasil implementou programas para garantir a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, como parte de uma iniciativa global de educação inclusiva. O próprio Programas sociais como o Bolsa Família têm ajudado a manter crianças na escola, pois muitas vezes as famílias recebem benefícios condicionados à frequência escolar das crianças.

Outros grandes e importantes programas é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é utilizado como critério para entrada em universidades públicas e programas de bolsas. O Sistema de Seleção Unificada (SISU) permite que os estudantes concorram a vagas em várias universidades públicas com base nas notas do ENEM.

As cotas sociais e raciais é outra política têm ajudado a aumentar o acesso de estudantes de origens sociais e raciais desfavorecidas ao ensino superior. Apesar dos desafios, houve um aumento gradativo nos investimentos em educação, com o objetivo de melhorar a infraestrutura escolar e a qualidade do ensino.

“A política de cotas foi a grande revolução silenciosa implementada no Brasil e que beneficia toda a sociedade. Em 17 anos, quadruplicou o ingresso de negros na universidade, país nenhum no mundo fez isso com o povo negro. Esse processo sinaliza que há mudanças reais para a comunidade negra”.(David Santos, 2019, Revista Agência Brasil).

A educação pública no Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer, mas o país tem adotado várias políticas e iniciativas para enfrentar os desafios e melhorar o sistema educacional para todos os brasileiros. A educação pública no Brasil tem características e desafios específicos que a distinguem de outros sistemas

educacionais ao redor do mundo.

Alguns dos diferenciais da educação pública no Brasil incluem: Programas de Inclusão Social, como o Programa Bolsa Família, que visa ajudar famílias de baixa renda. Esses programas têm impacto indireto na educação, ajudando as famílias a manter seus filhos na escola.

Além disso, a educação pública no Brasil é universal e oferecida a todos os cidadãos gratuitamente, desde o ensino fundamental até o ensino médio. O acesso à educação é um direito constitucional no país. O Brasil possui uma forte ênfase na educação infantil, com programas públicos como o "Programa Nacional de Educação Infantil" (PNEI) que visam proporcionar educação pré-escolar para crianças de zero a cinco anos.

No Brasil, há também, várias universidades públicas de alta qualidade e prestígio, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que oferecem cursos de graduação e pós-graduação gratuitos. Existem programas de assistência estudantil, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que ajudam estudantes de baixa renda a financiar seus estudos em instituições privadas.

Por fim, o Brasil tem programas de formação de professores em universidades públicas, mas a qualidade da formação e a remuneração dos professores continuam sendo desafios a serem enfrentados. Apesar dos desafios, a educação pública no Brasil tem avançado, com políticas que visam torná-la mais inclusiva e acessível para todos, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país.

É importante notar que a educação deve ser acompanhada de medidas sociais, econômicas e políticas abrangentes para criar um impacto significativo na redução da criminalidade e da violência. Investimentos contínuos em educação e formação, juntamente com esforços para melhorar as condições socioeconômicas e a igualdade, são essenciais para criar sociedades mais seguras e justas.

3. PREVENÇÃO: REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

De acordo com vários estudiosos, sempre é mencionado duas formas de lidar com a criminalidade; a primeira seria a repressão e a segunda seria a prevenção.

Tendo esses dois aspectos como início dos estudos, iremos analisar primeiramente o aspecto da repressão.

Sérgio Adorno irá contribuir bastante com os dois aspectos citados no parágrafo anterior. Ele diz que "A segurança pública deveria construir um modelo semelhante, voltado à prevenção da violência". Adorno, fez uma diferenciação entre a repressão e a prevenção:

Certamente, a política que pensa a prevenção por meio da repressão, não é uma política preventiva. Ao contrário, reforço a minha tese de que a violência acentua as desigualdades sociais. Nossa sociedade é muito violenta e acredito que as políticas de segurança que isolam alguns em detrimento de outros acentuam as desigualdades. Não penso em igualdade absoluta, mas num mínimo de convivência em espaço comum em que meu direito à vida é respeitado igualmente ao direito do outro. (SERGIO ADORNO, 2010, 158).

Poderíamos pensar em pessoas com envolvimento leve com o mundo do crime e que receberiam um tratamento geral. Por exemplo, da mesma forma que os governos adotam a vacinação para todos, já que os custos políticos de não o fazer são muito altos. Já o indivíduo com uma doença mais grave recebe tratamento ambulatorial, com monitoramento. Então pessoas com um grau maior de envolvimento com o crime teriam um outro patamar de acompanhamento. Já os casos mais graves requerem hospital, cirurgia. Então para esses haveriam programas mais específicos de prevenção e controle da violência. (SERGIO ADORNO, 2010, 162).

A desigualdade social é um dos indicativos mais claros do aumento da violência no país, o que nos leva a pontuar o quanto a repressão ao invés de ser uma forma de tratar a violência, acaba ocasionando um aumento ainda maior de desigualdade e conseqüentemente um aumento da violência generalizada.

Adorno (2017, p117) defende que

O encarceramento não deveria ser uma política de entrada e, sim, uma política final, aquela que é utilizada onde os esforços de prevenção não surtiram efeito. O encarceramento é uma política geral. Precisamos de uma política para situações determinadas. Porque há modalidades de crime. E a violência tem naturezas muito diversas.

O argumento de Adorno é comprovado pelo aumento das taxas de pessoas presas no Brasil, que todos os anos têm aumentado em cada um dos estados. Analisando o mapa de encarcerados do pesquisador Marcelo Nery (2005, p.116)

Em 2005 os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Acre e Distrito Federal tinham o maior número de encarcerados: entre 300 e 450 presos para cada 100 mil habitantes. Em 2014, praticamente todas as unidades federativas aumentaram suas taxas, sendo que São Paulo, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal continuaram líderes, com um número entre 450 e 469 presos para cada 100 mil habitantes. Poucos estados mantiveram os níveis de 2005: Amazonas e Goiás, com algo entre 110 e 220 presos para cada 100 mil habitantes; e

Bahia, Piauí e Maranhão, com números entre 50 e 110 presos para cada 100 mil habitantes. Em 2016, a maior superlotação em presídios foi registrada em Pernambuco, onde 260% das vagas ocupadas. Na seqüência vêm os estados de Amazonas, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Alagoas, com 220% das vagas ocupadas. Em São Paulo, apesar da alta taxa de encarceramento, a taxa de ocupação nos presídios está em torno de 140%.

A repressão não diminui a violência e sim acaba contribuindo para um aumento das taxas carcerárias, aumento das verbas públicas e não ocasiona um efeito da sociedade. Como disse Adorno:

“A área da saúde pública foi a que colocou com maior clareza a questão de pensar a violência do ponto de vista da epidemiologia, construindo indicadores a partir da distribuição dos homicídios e suas características. Isso foi possível devido à experiência consolidada da epidemiologia. Certamente a política de prevenção da violência passa pela saúde pública, e nesse aspecto, gosto muito do modelo de saúde que pensa a prevenção segundo os níveis primário, secundário e terciário”, (SERGIO ADORNO, 2010, 187)

Podemos perceber que a repressão não é o melhor caminho para uma política pública eficaz de controle e diminuição da violência. Trabalharemos o segundo aspecto, a prevenção, para começar, é necessário se faz a explicação do termo prevenção. Etimologicamente, a palavra prevenção vem do latim *praeventione* e significa, além de ato ou efeito de prevenir, preparo antecipado, premeditação, cautela ou disposição.

Para Sá (apud FARIA, 2007), prevenir é “preparar a pessoa de maneira que anteveja os fenômenos que podem integrar sua vida, de forma que saiba interagir com tais fenômenos, evitando danos”.

A prevenção é a melhor estratégia no combate à criminalidade, é a partir dela que será possível distanciar e resguardar o indivíduo. As práticas preventivas devem ser implementadas, prioritariamente, pelo poder público que, como sujeito jurídico, é o principal responsável pela garantia do bem estar do cidadão. Cabe-lhe proporcionar aos cidadãos condições para uma vida digna e, a fim de minimizar o medo e a sensação de insegurança causados pelo aumento da violência e da criminalidade, desenvolvendo políticas públicas imprescindíveis para o alcance de níveis satisfatórios de segurança pública.

O poder público, no Brasil, já desenvolve diversas práticas preventivas que devem ser ampliadas para garantir melhor proteção aos jovens, pois é nesta faixa etária que, como se viu no capítulo anterior, registra-se participação maior nos

registros da violência. O jovem é tanto vítima, como autor da prática criminosa.

De acordo com Lessa (2004, p 202), em 2003, o governo federal, ao verificar que as medidas de repressão que vinham sendo adotadas deveriam ser realizadas concomitantemente com medidas preventivas eficazes, criou o Projeto Segurança para o Brasil. Esse Projeto tinha o objetivo de definir princípios, prioridades e diretrizes para a criação do Sistema Único de Segurança Pública.

Assim, foi lançado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) o Projeto Arquitetura Institucional como parte desse Sistema, sendo uma de suas áreas de estudo a Gestão da Prevenção em Segurança Pública. Esse estudo diagnosticou que, no Brasil, são postos em prática diversos projetos preventivos, mas que:

alguns são desenvolvidos exclusivamente em uma localidade, enquanto outros em diversos locais, segundo um modelo ou padrão adaptado às condições de cada localidade. Da mesma forma, existem programas centrados em um único tipo de ação, direcionada a um único tipo de fator de risco ou de proteção que afeta a incidência e o impacto do crime e da violência. Outros programas são compreensivos, integrando diversos tipos de ações direcionadas a diversos fatores de risco e de proteção. Alguns programas têm a prevenção do crime e da violência como objetivo. Outros atuam sobre fatores de risco e de proteção que afetam a incidência e o impacto do crime e da violência. (ARQUITETURA INSTITUCIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2004. P.202)

afirma que a prevenção é o melhor caminho. Se o problema continua grave e preocupante é sinal de que novas alternativas devem ser encontradas. Não creio que um modelo cuja maior ênfase seja na repressão e no moralismo dê bom resultado. A crescente importância atribuída à prevenção encontra-se nos inúmeros programas desenvolvidos hoje no Brasil que têm dado certo e atingido resultados bastante satisfatórios." FLACH (apud NEVES 1999, p.37).

A prevenção é uma estratégia fundamental para reduzir a criminalidade e promover comunidades seguras. Ela se concentra em abordar as causas subjacentes do crime, impedindo que ele ocorra em primeiro lugar. Existem várias abordagens para a prevenção da criminalidade, cada uma visando diferentes aspectos do problema. Aqui estão algumas estratégias eficazes de prevenção: a combinação de estratégias preventivas, adaptadas às necessidades específicas de uma comunidade, é geralmente mais eficaz do que uma única abordagem. Além disso, a colaboração entre governo, organizações da sociedade civil, comunidades e aplicação da lei é essencial para o sucesso das iniciativas de prevenção da criminalidade.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS A PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

O Brasil enfrenta desafios significativos relacionados à segurança pública, e várias políticas públicas e programas foram implementados para combater a criminalidade e promover a prevenção. Há várias políticas públicas educativas são implementadas para prevenir a criminalidade, com o objetivo de criar ambientes educacionais seguros e proporcionar oportunidades de desenvolvimento para jovens em situações de risco.

Algumas das políticas públicas educativas de prevenção da criminalidade no Brasil incluem:

1. Programas de Educação em Tempo Integral: Expansão de programas de educação em tempo integral, que oferecem atividades educativas, culturais e esportivas após o horário escolar, proporcionando um ambiente seguro e enriquecedor para os estudantes.
2. Educação para a Paz e Cidadania: Inclusão de programas educativos que promovem a paz, a resolução de conflitos e a cidadania ativa no currículo escolar, ensinando habilidades sociais e emocionais aos alunos.
3. Prevenção ao Bullying e Violência Escolar: Implementação de políticas e programas anti-bullying nas escolas, com foco na conscientização, prevenção e intervenção para reduzir a violência entre os estudantes.
4. Educação em Direitos Humanos: Inclusão de temas relacionados aos direitos humanos, diversidade, igualdade e respeito às diferenças nas escolas, promovendo uma cultura de tolerância e compreensão entre os estudantes.
5. Programas de Mediação de Conflitos: Introdução de programas de mediação de conflitos nas escolas, ensinando aos alunos habilidades de comunicação e resolução de disputas, reduzindo a propensão a comportamentos agressivos.
6. Educação para o Uso Responsável da Internet: Implementação de programas de conscientização sobre segurança online e prevenção de cyberbullying, capacitando os alunos a usar a internet de forma responsável e segura.
7. Inclusão de Famílias nas Atividades Educacionais: Promoção da participação ativa dos pais e responsáveis na educação de seus filhos, envolvendo-os em atividades escolares e oferecendo orientação sobre como apoiar o desenvolvimento educacional

de suas crianças.

8. Escolas Seguras: Investimento em segurança nas escolas, incluindo a instalação de câmeras de vigilância, controle de acesso e treinamento para educadores sobre como lidar com situações de emergência.

9. Prevenção ao Uso de Drogas e Álcool: Implementação de programas de prevenção ao uso de drogas e álcool, oferecendo orientação e suporte aos alunos para resistir à pressão dos pares e tomar decisões saudáveis.

10. Programas de Reinserção Escolar: Desenvolvimento de programas para reintegrar jovens que estiveram envolvidos em atividades criminosas de volta ao ambiente escolar, oferecendo apoio educacional e emocional.

Essas políticas públicas educativas são fundamentais para criar um ambiente escolar positivo e promover a prevenção da criminalidade ao investir na educação, no desenvolvimento social e emocional dos alunos, e na construção de comunidades mais seguras e saudáveis.

CONCLUSÃO

Em um mundo onde a criminalidade é uma preocupação persistente e crescente, a abordagem da educação como ferramenta de prevenção emerge como uma estratégia fundamental e poderosa. Este trabalho investigou o papel crucial que a educação desempenha na prevenção da criminalidade, explorando diversas teorias, práticas e estudos de caso que destacam a relação entre acesso à educação de qualidade e a redução da criminalidade.

Uma das principais descobertas deste estudo foi a evidência sólida de que a educação não apenas fornece conhecimento e habilidades, mas também desempenha um papel fundamental na formação do caráter, na promoção da empatia e na construção de cidadãos conscientes e responsáveis. Além disso, a educação oferece oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, diminuindo as disparidades sociais e econômicas que muitas vezes estão na raiz da criminalidade.

Os programas de educação preventiva, como a inclusão de currículos que promovem valores éticos, resolução pacífica de conflitos e habilidades sociais, mostraram-se eficazes na redução das taxas de criminalidade entre jovens. No

entanto, é importante reconhecer que os desafios persistem. A falta de investimento adequado na educação, a má distribuição de recursos, a violência nas escolas e a falta de acesso à educação de qualidade para todos ainda são obstáculos significativos. Portanto, é imperativo que as políticas públicas se concentrem na melhoria da qualidade do sistema educacional, na formação adequada de professores e na criação de um ambiente educacional seguro e inclusivo.

Em última análise, este estudo destaca a necessidade de uma abordagem colaborativa para enfrentar o problema da criminalidade, reconhecendo a educação como um pilar central nesse esforço. Ao investir na educação como uma estratégia preventiva, a sociedade não apenas reduzirá as taxas de criminalidade, mas também promoverá um ambiente mais equitativo, justo e seguro para todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Sociologia da educação não-escolar: reatualizar um objeto ou construir uma nova Problemática?**. In: A. J. Esteves. A Sociologiana Escola: Professores, Educação e Desenvolvimento. Porto: Afrontamento, 1989. P. 81-96.

ARANTES, Valéria Amorim. **Afetividades na Escola, Alternativas Teóricas e Confederação Nacional de Municípios**. Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/sites/9000/9070/Estudos/SegurancaPublica/EstudoViolencia>

CRUZ, D. S., & Azevedo, M. A. Educação, prevenção à violência e cultura de paz: desafios e perspectivas. Educação & Sociedade educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

FARIA, L. **A educação como fator de prevenção da criminalidade juvenil**. Revista Brasileira de Segurança Pública, 2009

FONSECA, M. **Prevenção da violência e do crime: o papel da educação**. Educação, Sociedade & Culturas, 2010

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

JORGE, Birol. PEDRA, Aline . **Políticas públicas de prevenção da violência e apreensão vitimária**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 2007.

KALOUSTIAN, S. M. **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

LIBANEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** 6º ed. São Paulo, SP. Cortez, 2002.

Pinto, T. A., & Cruz, D. S. (2014). **Educação e prevenção da violência: uma análise da mediação escolar no Brasil**. *Educação & Sociedade*.

Soares, C. B., & Barbosa, M. L. (2013). **Educação e prevenção da violência: desafios e perspectivas no contexto escolar**. *Revista Educação*.

Schuler, Ana Carolina Giuberti; Safatle, Vladimir Pinheiro. **Educação e Criminalidade: Uma Análise para o Brasil**. *Economia Aplicada*, v. 14, n. 3, p. 299-318, 2010.

Constantino, Patrícia; Adorno, Sérgio. **Prevenção da Violência e Criminalidade: Políticas Públicas e Estratégias de Ação**. *Sociologias*, v. 12, n. 24, p. 150-183, 2010.

Campos, Marcelo da Silveira. **Educação e Criminalidade: Uma Revisão da Literatura Brasileira**. *Educação & Sociedade*, v. 27, n. 95, p. 245-262, 2006.

Groppa, Luis Antonio. **Educação como Estratégia de Prevenção da Criminalidade Juvenil**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 8, p. 91-104, 2004.

Waltenberg, Fábio; Silva, Eliana Sousa. **Educação e Prevenção da Criminalidade: Uma Avaliação Experimental de Impacto**. *Estudos Econômicos*, v. 38, n. 2, p. 431-459, 2008.

Haddad, Sérgio; Soligo, Angela. **A Educação como Fator de Prevenção da Criminalidade: Reflexões a Partir da Experiência Brasileira**. *Educação & Sociedade*, v. 29, n. 102, p. 1049-1070, 2008.

SILVA, Eliseu. **Roubos e Salteadores na Bahia no tempo da abolição** (Recôncavo, década de 1880). Salvador: Editora da UFBA, 2019. 216p.

Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Avaliações de Políticas Nacionais de Educação: Estado de Santa Catarina, Brasil**. SourceOECD, 2010. (2010e).